

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: REFLETINDO O PROGRAMA A PARTIR DA SUA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Milene Trajano da Silva (PPGE/ UFCC)

Andréia Ferreira da Silva (PPGE/ UFCC)

1. Introdução

O trabalho analisa a proposta de formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado pelo Governo Federal no ano de 2012. Para tal, inicialmente, será feita uma contextualização e apresentação do PNAIC, buscando-se fazer um esforço de síntese para compreendermos os motivos da instituição deste programa e como está organizado, de forma geral. Em seguida, serão tecidas reflexões gerais sobre a formação continuada do PNAIC, buscando simultaneamente identificar características desta formação, bem como o perfil de professor que vem sendo formado. O texto é resultado de levantamento bibliográfico sobre o PNAIC, com destaque para os seguintes autores: Martins (2016), Gelocha e Corte (2016), Móbilia (2017) e Ferreira e Fonseca (2017), entre outros.

2. Contextualizando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

O PNAIC foi instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. O Pacto é um compromisso formal assumido pelos governos federal, distrital, estaduais e municipais e sociedade de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específicos” (BRASIL, 2012).

Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais comprometem-se a alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa e em Matemática e a realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. No caso dos estados, deverão apoiar os municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, 2012).

O Pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, organizadas, pelo MEC, em quatro eixos de atuação: 1) a promoção da formação continuada com os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudos; 2) o oferecimento de materiais didático-pedagógicos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; 3) avaliações sistemáticas; e 4) gestão, controle social e mobilização (BRASIL, 2012). Os quatro eixos estão interconectados, mas, o presente trabalho irá se deter no exame do eixo relativo a formação continuada de professores alfabetizadores, pois, em nossa leitura, este consiste no eixo articulador dos demais.

No que diz respeito ao corpo docente do PNAIC, a formação conta com a participação do professor formador, que são professores universitários, que formam os orientadores de estudos, professores da rede pública de ensino, indicados pela Secretaria de Educação. Os orientadores de estudos, atuam diretamente na formação do professor alfabetizador.

O PNAIC, nos anos de 2013 a 2017, foi considerado, pelo próprio MEC como um dos maiores programas de formação de professores já realizados pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvido em praticamente todos os municípios brasileiros, através do regime de colaboração entre Governo Federal, estado e municípios, sob a organização das universidades públicas. De acordo com o Documento Orientador, do ano de 2017, a formação do PNAIC no ano de 2013, capacitou 313.599 professores alfabetizadores, oriundos da rede pública de ensino. E em 2016, foram formados 248.919 professores alfabetizadores em todo o território nacional, atendidos com cursos de carga horária de 100 a 120 horas, com ênfase em leitura, escrita e letramento matemático (BRASIL, 2017).

Vale destacar que a partir do golpe que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, o PNAIC foi enfraquecido. Michel Temer, ao assumir a Presidência da República, de acordo com Lino e Arruda (2017), determinou mudanças nos programas que vinham sendo desenvolvidos, que passaram por processos de desinvestimentos do MEC. No ano de 2018, a formação foi realizada apenas no mês de março e maio, para concluir o ciclo, ainda, referente ao ano de 2017, demonstrando, assim, o possível encerramento do programa.

3. Reflexões sobre a formação continuada do PNAIC

Segundo o Caderno de Apresentação do PNAIC, do ano de 2015, a formação inicial “não dá conta da sala de aula, dos ritmos de aprendizagem dos alunos, das influências internas e externas que a escola sofre e das diversidades e especificidades da educação brasileira”(BRASIL, 2015, p. 55). Nesse sentido, o documento acrescenta que a atividade docente requer uma constante formação e conhecimentos adequados para o exercício profissional que possam ser utilizados na melhoria da ação docente” (BRASIL, 2015). Diante do exposto, percebe-se uma valorização da formação continuada, que por sua vez, traz possibilidades de potencializar a ação docente. Esse discurso do MEC foi apropriado e propagado pelos gestores municipais, ao aderirem à proposta nacional.

Gelocha e Corte (2016) consideram o PNAIC como uma política pública do governo que tem potencializado a formação continuada de professores do ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam em turmas multiseriadas e em multietapas. As autoras acrescentam que o Programa foi estruturado para potencializar a melhoria da prática docente a partir das necessidades encontradas no contexto educacional, com o objetivo de minimizar os indicadores de analfabetismo no Brasil, partindo das necessidades básicas de aprendizagem de grande parte da população.

De acordo com Mabília (2017), a formação continuada do PNAIC vem contribuindo para o desenvolvimento dos docentes em seu cotidiano escolar e na qualidade dos processos educativos, modificando a situação de ensino e aprendizagem nas escolas que participam deste recurso. A autora ainda enfatiza que, por meio de uma formação continuada, o docente possui condições de aprimorar sua prática e o seu conhecimento profissional, desenvolvendo competências e habilidades necessárias para sua atividade no âmbito escolar.

Martins (2016), ao analisar o PNAIC, traz uma opinião que difere das duas anteriores, ao destacar que o PNAIC é uma expressão importante do modo capitalista de pensar a educação como prática social capaz de contribuir para a superação das desigualdades sociais. Sobre a formação de professores na perspectiva do PNAIC, a autora destaca que:

Como programa integrado de formação de professores, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foca na preparação pragmática e imediatista dos docentes para executarem determinadas técnicas de ensino e de tratamento de conteúdos relativos a alfabetização das crianças até os oito anos de idade sem, contudo, abrir espaço para questionarem as contradições

iminentes à sociabilidade burguesa ou mesmo a impossibilidade das instâncias de regulação política em implementar as promessas de educação universal e suficientes para todos os indivíduos (MARTINS, 2016, p. 188).

A formação continuada conta com o apoio dos cadernos de formação, que foram distribuídos pelo MEC para que chegasse aos professores alfabetizadores e assim fossem utilizados como recursos que permitam formar melhor o professor. Com relação a estes cadernos, Klein e Guizzo (2017) colocam que eles procuram ensinar determinados modos de ser, de agir e direcionar as práticas docentes. Também objetivam capturar, seduzir e instigar os cursistas a seguirem as suas indicações.

Ferreira e Fonseca (2017) afirmam que os Cadernos do PNAIC possuem prescrições para o trabalho do professor, com orientações detalhadas, uma espécie de passo-a-passo, que desconsidera sua função intelectual. Nesta situação, o professor torna-se um profissional que necessita de um manual para planejar, selecionar materiais, executar o planejamento e organizar o espaço. Para as autoras, de forma contraditória, o Pacto ao mesmo tempo que confere a função de executor de tarefas ao professor alfabetizador, diminui o seu trabalho intelectual, convocando-o a aumentar o seu desempenho e a melhorar a sua performance.

4. Considerações Finais

O PNAIC tem como principal eixo de suas ações, a formação do professor alfabetizador, para que esteja melhor capacitado para alfabetizar as crianças na idade certa e, assim, colaborar para a melhoria dos resultados dos índices das avaliações externas.

A partir dos estudos dos autores referenciados ficou percebido que o programa e também a sua formação continuada vem sendo alvo de preocupações nos estudos e no debate sobre a política de formação docente, embora tenha sido percebido opiniões divergentes sobre o programa. O fato de o governo federal ter colocado na agenda das políticas educacionais um programa que atrela dois pontos importantes para a educação (que é a alfabetização infantil e a formação continuada) deve ser reconhecido como algo relevante.

Porém, o que se questiona é o fato desta formação ter um caráter predominantemente técnico e pragmático, que insere o professor na cultura da performatividade, diminuindo a sua

capacidade intelectual e aumentando o seu trabalho/desempenho. Diante disso, desconsidera a capacidade do professor como um intelectual capaz de também pensar a sua prática.

Diante do exposto, se faz necessário um projeto de educação que traga à tona uma Política Nacional de Formação de Professores diferente da que vem se materializando desde a segunda metade dos anos de 1990. Política que venha contribuir com a formação do professor como um profissional/intelectual, e que ofereça condições para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de questionar a realidade vigente.

5. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: apresentação. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. _____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: documento orientador. Brasília/DF, 2017.

FERREIRA, Patrícia de Faria; FONSECA, Márcia Souza. A cultura da performatividade na organização do trabalho pedagógico: a formação matemática nos cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 25, p. 809-830, out/dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n97/1809-4465-ensaio-S0104-0362017002500901.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

GELOCHA, Elizandra A. Nascimento; CORTE, Marilene G. D. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a formação de professores: o que dizem as produções científicas? **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/23455>>. Acesso em: 18 mar. 2018

LINO, Lucília Augusta; ARRUDA, M^a da Conceição Calmon. Programas de formação continuada: o desmonte das políticas e a crise. In: XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2017, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**. João Pessoa: ANPAE, 2017. v. 45. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/XXVIISIMPOSIO/publicacao/AnaisXXVIISimposio2017.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MABÍLIA, Ana Paula. **Formação continuada de professores para atender ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa no município de Lages-SC**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, 2017.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



6

MARTINS, Maria Artemis Ribeiro. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): a educação como legitimação e dominação social.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2016.